

**FRONTEIRA, FAMÍLIA E PODER: A CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE  
GASPAR SILVEIRA MARTINS**

PROFA. Me. MONICA ROSSATO<sup>1</sup>

PROFA. DRA. MARIA MEDIANEIRA PADOIN<sup>2</sup>

## **Introdução**

O presente trabalho contempla parte das pesquisas da dissertação de mestrado “Relações de poder na região fronteiriça platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins”, desenvolvido no Curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com auxílio de bolsa FAPERGS/CAPES. A pesquisa investigou como a trajetória política de Gaspar Silveira Martins junto ao Império brasileiro foi construída. Para isso, pesquisamos sobre a organização de sua família na região fronteiriça platina e como as famílias Silveira e Martins se notabilizaram como elites na região.

Gaspar Silveira Martins era natural da região fronteiriça platina<sup>3</sup>, oriundo de uma família de estancieiros brasileiros, donos de propriedades em territórios brasileiros e

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela UFSM, foi bolsista FAPERGS/CAPES. Professora Substituta no Departamento de Metodologia do Ensino/CE da UFSM.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós Graduação em História/PPGH e Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em História pela UFRGS.

<sup>3</sup> Neste trabalho, utilizamos os conceitos de *região fronteiriça platina*, *espaço fronteiriço platino*, *fronteira platina* ou região de fronteira e *zona de fronteira*. A *região fronteiriça platina* é entendida aqui como uma região maior que a *zona de fronteira*, que abrange o sul do Brasil (Rio Grande do Sul), Uruguai e as Províncias do Litoral da Argentina. O conceito de região fronteiriça platina é pensado aqui, quando nos referimos às relações que envolveram a trajetória de Gaspar Silveira Martins e sua família, como as relações econômicas, políticas, sociais, entre outras, que ultrapassaram a *zona de fronteira*, pois foram relações construídas no Uruguai, Argentina e na Província do Rio Grande do Sul. O conceito de *espaço fronteiriço platino* é pensado como uma região de aproximação, disputa, interesses, articulação, integração e circulação de homens, gado, mercadorias, idéias, projetos políticos, entre outros, conforme Padoin (2001, p. 60). A *zona de fronteira* é entendida por nós como uma região territorial próxima ao limite político entre os Estados Nacionais Uruguai e Brasileiro. Utilizamos *zona de fronteira* para nos referirmos ao local onde as famílias Silveira e Martins estavam estabelecidas e onde Gaspar Silveira Martins nasceu.

uruguayos. Ele nasceu na fazenda “Asseguá”<sup>4</sup> e foi batizado na Paróquia de Nossa Senhora del Pilar e São Rafael de “Serro Largo”, Estado Oriental do Uruguai, no ano de 1835<sup>5</sup>.

Gaspar Silveira Martins se formou Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo em 1856. Foi exercer a advocacia no Rio de Janeiro, onde trabalhou no escritório de advocacia do Dr. José Julio de Freitas Coutinho. Em 1859 atuou como Juiz Municipal no Rio de Janeiro. Na Província do Rio Grande do Sul atuou na criação do Partido Liberal Histórico. Nas eleições para a Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul foi eleito Deputado Provincial pelo Partido Liberal Histórico assumindo o cargo em 1862. Em 1872 ele assumiu como Deputado Geral na Câmara dos Deputados, e permaneceu até 1879. Foi Ministro da Fazenda do Império em 1878, e entre 1880 a 1888 atuou como Senador.

Em 1889 foi empossado à Presidência da Província do Rio Grande do Sul. Com a proclamação da Republica e o fim da monarquia em 1889, por um decreto do governo republicano, Silveira Martins foi exilado na Europa, onde permaneceu até 1891. Em 1892, com o seu retorno ao Rio Grande do Sul, ex-liberais e dissidentes republicanos organizaram o Partido Federalista (PF), em Congresso reunido em Bagé, Rio Grande do Sul. As divergências de idéias, projetos e interesses entre o Partido Federalista e Partido Republicano Rio Grandense (PRR), que estava no poder do estado do Rio Grande do Sul, levaram à Revolução Federalista, entre 1892 a 1895. Silveira Martins participou como um dos chefes do conflito, contra o grupo dos republicanos que tinham por líder Julio de Castilhos. Após o conflito, em 1896 foi organizado um novo Congresso Federalista onde foi defendido a continuidade do Partido Federalista e a oposição a Constituição Federal da Republica. E, em 1901, Silveira Martins morreu em Montevideú, em que dezenove anos depois, seus restos mortais foram trazidos ao Rio Grande do Sul, depositados na Igreja Matriz de Bagé<sup>6</sup>.

Nesse sentido, essa pesquisa buscou investigar a trajetória política de Gaspar Silveira Martins no Império brasileiro (1862-1889), permeando as relações sociais construídas.

---

<sup>4</sup> No presente trabalho optamos pela utilização da ortografia “Serro Largo”, conforme documentação de época, ao invés de Cerro Largo. Optamos também por manter a formatação “Asseguá”, ao invés de Aceguá, conforme aparece nos documento de época.

<sup>5</sup> Inventário de Carlos Silveira e sua mulher Maria das Dores Martins, nº 200, maço 10, estante 28. 2º Cartório de Orphãos e Ausentes, Pelotas, ano 1890. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Porto Alegre, RS; Certidão de Batismo de Gaspar Silveira Martins. Documento encontrado na Câmara de Vereadores do Município de Silveira Martins.

<sup>6</sup> Após sua morte, o corpo permaneceu em Montevideú retornando ao Rio Grande do Sul por meio de um decreto presidencial que abria credito para repatriação dos seus restos mortais (*Jornal Gaspar Martins*, Santa Maria, 28 de junho de 1920, Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria). Os despojos passaram pelas cidades de Bagé, Rio Pardo e Santa Maria.

Percebemos que as relações construídas em diferentes espaços sociais ou grupos sociais, como a família e a fronteira platina carecem de estudos mais aprofundados quando se trata de analisar a trajetória política de Gaspar Silveira Martins.

No século XIX, exercer funções públicas exigia um esforço e investimento familiar para que seus membros pudessem ter controle ou participação em instrumentos públicos locais, como forma de acesso ao poder e a posições de destaque em uma região ou comunidade. No Brasil, Maria Fernanda Martins (2007) investigou as redes sociais dos membros da elite que compunha o Conselho de Estado Imperial. A autora demonstrou que a identidade desses membros tinha por base as suas redes sociais, que os aproximavam do poder. Para a autora,

no centro das redes encontravam-se as famílias, não apenas a família nuclear, mas uma teia que englobava as relações decorrentes de estratégias de aliança, principalmente através do casamento, laços que se estreitavam diante das incertezas colocadas pelas mudanças e transformações que enfrentavam essas sociedades em seu sentido amplo, quer de natureza econômica, social, política, ou cultural (MARTINS, 2007, p. 30).

Sendo assim, esse trabalho insere-se na perspectiva da história política, uma história política renovada com novos olhares e perspectivas de análises, em que o político amplia seu conceito, passando a ser compreendido nos diferentes espaços sociais e relações pessoais. Ampliando o conceito do político, a noção de poder também passa a ser problematizada, passando a entendê-lo nos espaços sociais, na família e relações interpessoais<sup>7</sup>. Sendo assim, trabalhamos com a noção de “relações sociais” para designar relações familiares, econômicas, político-partidárias, sendo essas relações baseadas em relações de poder.

Ao trabalharmos com a trajetória política de Silveira Martins não buscamos explicá-lo a partir de uma narrativa heróica fixada em personagens, nos seus atos excepcionais, e nas qualidades que o configuraram ao sucesso na carreira política, narrativa presente na história biográfica tradicional. Buscamos as condições sociais e culturais na história desse personagem que, em uma análise micro, são abundantes em informações, o que nos aproxima de uma perspectiva da micro-história centrada na análise da trajetória de um indivíduo. Nesse sentido, a biografia apresenta-se como uma possibilidade de escrita da história, pois a partir de sua trajetória pode-se edificar uma observação histórica dos grupos sociais em suas

---

<sup>7</sup> Nesse trabalho, a perspectiva de renovação da História Política é baseada em autores como: Jacques Julliard (1976), Pierre Rosanvallon (1995), René Remond (1996), Marieta de Moraes Ferreira (1992), Ângela de Castro Gomes (2005).

dinâmicas e no relacionamento com outros grupos ampliando nossa compreensão a respeito dos processos históricos.

Ao mesmo tempo, considerando que a micro-historia trouxe contribuições as pesquisas históricas, a escolha da trajetória de Gaspar Silveira Martins é justificada no sentido de que:

a escolha do individual, não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

Nessa perspectiva, destituímos o caráter de heroísmo e de um destino previamente configurado a Silveira Martins, assim como fez Adriana Barreto (2008), ao trabalhar com o Duque de Caxias. A autora construiu seu trabalho na perspectiva biográfica, analisando a tensão entre as memórias que dele foram produzidas e a ação de um homem no tempo, percebendo como esse personagem foi construído e heroicizado, necessário aos usos políticos da historia.

Assim, observamos que a historia pessoal de Gaspar Silveira Martins, vinculada à região fronteira platina, também foi utilizada como instrumento de discurso sobre o que é ser nacional ou estrangeiro, demonstrando os usos políticos de sua história.

No âmbito da historia política e dos estudos biográficos, abordamos a organização da família de Gaspar Silveira Martins em uma região de fronteira, no século XIX, e a relação desta com a sua trajetória política junto ao Império brasileiro.

### **A Cidadania uruguaia e brasileira de Gaspar Silveira Martins**

Na sua trajetória política, Gaspar Silveira Martins defendeu projetos e idéias liberais como o Estado laico, as liberdades civis e religiosas, a imigração, direitos políticos aos imigrantes, especialmente acatólicos, entre outros. Tais defesas fazem parte de seu projeto político de organizar um Estado Liberal Moderno que levasse em conta também a descentralização administrativa do Império, o sistema parlamentarista de governo, o fortalecimento dos municípios, a autonomia das Províncias e a criação de leis e tarifas regionais, o Estado laico, entre outros.

Ao observarmos sua atuação política na Câmara dos Deputados (1872-1879) e no Senado Federal (1880-1889) algumas defesas e projetos apresentados permitem pensar que Silveira Martins, frente ao contexto político de seu período, construiu seu próprio projeto de organização de um Estado Liberal Moderno, como um entre os vários projetos de Estado que estavam em discussão ao longo do século XIX. Ao mesmo tempo, esse projeto de Estado Liberal moderno nos leva a questionar as relações de poder que envolveram a atuação política de Silveira Martins em levar à representatividade provincial e nacional os grupos sociais que o apoiavam, através dos projetos e idéias políticas.

Oriundo de uma família de estancieiros da região fronteira do sul do Brasil, Gaspar Silveira Martins construiu uma trajetória política que incluiu a participação em altos cargos do Império brasileiro. A historiografia que se dedicou a elencar a trajetória política de Gaspar Silveira Martins no Império Brasileiro ficou restrita a uma investigação sobre sua atuação política individual, no interior do Partido Liberal<sup>8</sup>. Em outra perspectiva, alguns estudos partiram da análise dos discursos políticos pronunciados por Silveira Martins na investigação das suas idéias, projetos e pensamento político<sup>9</sup>. Entretanto, sobre a trajetória de Silveira Martins há uma questão que ainda não foi objeto de investigação pelos historiadores, que se refere a relação de Silveira Martins com o grupo dos comerciantes da Província do Rio Grande do Sul<sup>10</sup>.

Ao mesmo tempo, percebemos que a relação de Gaspar Silveira Martins com a região fronteira platina carece de reflexões mais aprofundadas por parte dos trabalhos historiográficos, principalmente no que se refere a sua família em território fronteiriço. Ao trabalhar com a origem de Gaspar Silveira Martins, alguns trabalhos historiográficos e biográficos apresentam certa dubiedade na local de nascimento de Silveira Martins, muitas vezes sem considerar a realidade histórica, política, territorial e legal de então. Ao mencionarem que Silveira Martins nasceu em região de fronteira entre Brasil e Uruguai e ao

---

<sup>8</sup> Observamos isso, em informações trazidas por alguns dos autores, como por exemplo, Joseph Love (1975, p. 25) que considera que Gaspar Silveira Martins “passou a ser o cabeça incontestável do Partido Liberal gaúcho, com a morte de Osório”. O autor Sérgio da Costa Franco (1988, p. 24), interpreta que o Partido Liberal predominava no contexto político a partir dos últimos anos da década de 1860, sendo essa “agremiação tradicionalmente forte na Província, robustecida pelo comando único e decisivo de um líder excepcional: Gaspar da Silveira Martins”. Para Helga Piccolo (1992, p.70) “A força política do Partido liberal cresceu na oposição, e foi na oposição que se firmou uma liderança autocrática a de Gaspar Silveira Martins que moldou o partido à sua imagem na década de 70”. Em trabalho mais recente, Doratioto (2008) também afirma que no Rio Grande do Sul, com a morte do general Osório, Silveira Martins pode controlar o Partido Liberal.

<sup>9</sup> Milena C. Costa (2001) e Nadir Mendonça (2006).

<sup>10</sup> Jonas M. Vargas (2007), Sergio da Costa Franco (1983) e Souza (2008) apontam a necessidade de tal estudo.

tratarem dos seus vínculos, consideram apenas a parte brasileira dessa fronteira, silenciando no que tange, seus vínculos com a parte uruguaia. Assim, trabalhos como o de Joseph Love (1975) e Reckziegel (2007) consideraram que Silveira Martins nasceu no município de Bagé, na fronteira uruguaia. Já Loiva Otelo Félix (1995) considerou que Silveira Martins foi uruguaio de nascimento e que “tornou-se brasileiro pela ambigüidade da vida fronteiriça onde as propriedades familiares e as questões políticas dos dois países se interpenetravam” (FELIX, 1995, p. 13).

As biografias escritas sobre Gaspar Silveira Martins, também registram uma incoerência territorial, no que se refere ao seu local de nascimento. José Julio Martins (1929)<sup>11</sup>, Paulino Jacques (s/d)<sup>12</sup> e Newton Alvin (1985)<sup>13</sup> mencionaram que Gaspar Silveira Martins nasceu na serra do “Asseguá” no município de Bagé, Rio Grande do Sul. Para o autor João Neves (1938, p. 14)<sup>14</sup> “Silveira Martins nasceu na estância rio-grandense, em plena serra do Asseguá, a dois passos do território uruguaio. Osvaldo Orico (1935, p. 30)<sup>15</sup> considerou que Silveira Martins nasceu na fazenda “Asseguá” “em território que pertenceu a antiga Província Cisplatina”. Para Pedro Lafayette (s/d)<sup>16</sup> Silveira Martins nasceu na Serra do “Asseguá”, em Bagé, na fronteira do Brasil com a Republica Oriental.

A possibilidade que a fronteira proporcionou, de estar em contato com territórios de dois Estados Nacionais em construção, permitiu que Silveira Martins e sua família construíssem vínculos sociais, sentimento de pertencimento e identificação com a região fronteiriça, pois individuo e família integram grupos sociais organizados em redes que definem sua identidade e pertencimento (MATEO, 2001). Assim como, a fronteira possibilitou que as famílias Silveira e Martins se notabilizassem como elite a partir das relações sociais e das propriedades nessa região.

Pensar a trajetória familiar possibilita pensar a atuação da família como “importante fonte de capital político” (GRAHAM, 1997, p. 35). Na relação entre clientelismo e política no século XIX, a família demonstrou ser importante para a análise dessas relações, pois essas famílias buscaram aumentar suas propriedades e acumular recursos significativos, entre eles

<sup>11</sup> MARTINS, José J. Silveira. **Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1929.

<sup>12</sup> JACQUES, Paulino. **Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, S/d.

<sup>13</sup> ALVIN, Newton. **Silveira Martins**. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

<sup>14</sup> NEVES, João. **Dois perfis: Silveira Martins e Coelho Neto**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

<sup>15</sup> ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

<sup>16</sup> LAFAYETE, Pedro. **Três perfis: Saldanha da Gama, Barão de Penedo e Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, S/d.

as relações que levavam os membros dessa família a ocupar cargos oficiais e a ter um domínio local. Assim, as propriedades e recursos buscavam ser preservados ou aumentados através da política (GRAHAM, 1997).

Maria das Dores Martins, mãe de Gaspar Silveira Martins, era filha do português João Antonio Martins e de D. Maria Joaquina Martins, natural de Rio Pardo. Em Rio Pardo, João Antonio Martins e D. Maria Joaquina do Nascimento tiveram os seguintes filhos: Ricarda Martins batizada na Freguesia de Santa Barbara da Encruzilhada; João Antonio Martins Filho, nascido em Encruzilhada e batizado na Freguesia de Santa Barbara; Domingos Martins; Maria Joaquina das Dores Martins; José Luis Martins; Libindo Antonio Martins; Ubalda Martins; Rita Martins; Manoel Martins; Dona Genuína Martins<sup>17</sup>. Os locais de nascimento e/ou batizado dos filhos de João Antonio Martins e Dona Maria Joaquina do Nascimento foram em Rio Pardo, sendo alguns batizados na Freguesia de Santa Bárbara, Encruzilhada, em territórios pertencentes ao Império brasileiro, no fim do século XVIII e início do XIX.

“Serro Largo”, região onde a família Martins tinha campos e estâncias, foi povoada por proprietários brasileiros que ali se estabeleceram ao longo dos processos de conquista e defesa dos territórios lusos e espanhóis no sul da América, no fim do século XVIII e início do XIX. João Antonio Martins, avô materno de Gaspar Silveira Martins, adquiriu campos em direção à fronteira entre territórios portugueses e espanhóis. Na primeira metade do século XIX, as propriedades de João Antonio Martins abrangiam parte dos territórios uruguaios e do Rio Grande de São Pedro, terras que compunham as estâncias de Massaingano, Serro, Asseguá, Candiota, e Rincão dos Pereira<sup>18</sup>.

Carlos Silveira, pai de Gaspar Silveira Martins, fixou-se com sua esposa nas terras de seu sogro, João Antonio Martins em Asseguá, Uruguai. Registros de 1831 comprovam que Carlos Silveira atuava como Juiz de Paz de “Asseguá”, mostrando que o mesmo já gozava de participação política e inserção local.

As relações familiares construídas pelas famílias Silveira e Martins demonstram como essas famílias se notabilizaram como elite em região de fronteira e como construíram e consolidaram relações sociais em âmbito local. Os casamentos constituíram estratégias de inserção da família Silveira e Martins em diferentes espaços, a partir da união com outros

---

<sup>17</sup> Inventário de João Antonio Martins, nº 317, maço 22, ano 1850. Cartório de Órfãos e provedoria, Pelotas, APERS.

<sup>18</sup> Inventário de João Antonio Martins, nº 317, maço 22, ano 1850. Cartório de Órfãos e provedoria, Pelotas, APERS.

grupos sociais ou dentro da própria família, fortalecendo e aumentando o poder familiar e os bens adquiridos. Assim como, as heranças representaram importante fonte de capital e prestígio familiar.

Os matrimônios de alguns dos filhos de João Antonio Martins, avo materno de Gaspar Silveira Martins, envolveram membros de famílias locais, de Rio Pardo. Ricarda Martins, filha de João Antonio Martins, nasceu em 1792, e teve por padrinhos seus avós maternos, o casal Domingos de Bithencourt e Ricarda Maria Pinto Bandeira. Ricarda Martins casou-se com Manuel Ferreira Bica, natural de Encruzilhada, filho imigrantes açorianos estabelecidos na região. Ao mesmo tempo, Domingos Martins foi casado com D. Faustina Leme, que também era natural de Encruzilhada. E Maria Joaquina das Dores Martins, nascida em 9 de setembro de 1803, em lugar denominado Capivary, Rio Pardo, contraiu matrimônio com Carlos Silveira, natural de Encruzilhada.

Ao mesmo tempo, outros filhos de João Antonio Martins e D. Maria Joaquina do Nascimento envolveram-se com famílias oriundas de outros espaços sociais. Foi o caso de Libindo Antonio Martins, nascido em Piratini em 1810, foi alferes e casou-se em Bagé com D. Maria Joaquina Gonçalves Lopes, natural de Portugal. Outras duas filhas, Ubalda Martins e Rita Martins casaram-se respectivamente com Joaquim Jose da Silva, e João Laureano Aguiar, esse último natural de Maldonado, Uruguai. E José Luis Martins, uniu-se a uma importante família do Uruguai, casando-se com D. Maria Luisa Suarez, filha de Joaquin Suarez e neta de Bernardo Suarez, um dos primeiros a possuir estâncias no Departamento de “Serro Largo”<sup>19</sup>.

Com a expansão de João Antonio Martins em direção oeste dos territórios portugueses, sua filha Dona Maria Joaquina das Dores Martins casada com Carlos Silveira, naturais de Rio Pardo, se fixaram na zona de fronteira, em territórios uruguaios e brasileiros, em campos da estância “Asseguá”, em fazenda de mesmo nome, tendo parte também nos campos da fazenda do Rincão do Pereira em Tacuarembó.

Carlos Silveira e Maria das Dores Martins eram pais de Gaspar Silveira Martins. O casal tinha propriedades em territórios uruguaio e brasileiro em forma de estâncias, campos, bens urbanos, gado e escravos<sup>20</sup>. Segundo o inventário de Carlos Silveira e Maria das Dores

---

<sup>19</sup> Inventário de João Antonio Martins. nº 317, maço 22, ano 1850. Cartório de Órfãos e provedoria, Pelotas, APERS.

<sup>20</sup> Inventário de Carlos Silveira e sua mulher Maria das Dores Martins, nº 200, maço 10, estante 28. 2º Cartório de Orfãos e Ausentes, Pelotas, ano 1890. Arquivo Publico do Estado do RS (APERS).

Martins todos os filhos do casal “nascerão na fazenda Asseguá, do Departamento de Serro Largo, no Estado Oriental, e batizados, uns na Fazenda e outros na Igreja Matriz de Serro Largo”<sup>21</sup>. Sendo assim, conforme seu registro de batismo, Gaspar Silveira Martins foi batizado em 1835 na Catedral Nossa Senhora del Pillar e San Rafael, “Serro Largo”, Uruguai.

Assim, observamos que a fronteira proporcionou a duplicidade da cidadania de Gaspar Silveira Martins, a partir da Constituição uruguaia e brasileira do período. A Constituição do Estado Oriental do Uruguai de 1830 considerou cidadãos naturais todos os homens livres, nascidos em qualquer parte do território do Estado<sup>22</sup>. Assim, conforme a constituição uruguaia do período, Silveira Martins foi considerado cidadão uruguaio, pois o mesmo nasceu nesse território, em região de fronteira com territórios brasileiros.

Ao mesmo tempo, a fronteira possibilitou que Gaspar Silveira Martins também fosse brasileiro. Segundo a Constituição do Império de 1824, consideravam-se cidadãos brasileiros “Os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem a estabelecer domicilio no Império”<sup>23</sup>. Assim, a fronteira permitiu que Gaspar Silveira Martins, nascido em região formada por territórios dos Estados uruguaio e brasileiro, que o mesmo se tornasse brasileiro a partir das questões legais, sociais e econômicas.

A Constituição do Uruguai garantiu a cidadania uruguaia pelo local de nascimento e a Constituição brasileira pela descendência, por ser filho de pais brasileiros com residência no Brasil. O fato de Silveira Martins ser uruguaio de nascimento, e ter sua cidadania brasileira respaldada na Constituição de 1824, permite pensar a fronteira como região natural que proporcionou aos sujeitos que ali viviam, oportunidade referente as questões legais, econômicas, sociais, entre outras. A partir da questão da duplicidade política de Silveira Martins, ancorada nas constituições dos Estados uruguaio e brasileiro, nos questionamos a partir do estudo de Gaspar Silveira Martins qual a relação de sua trajetória política com sua base familiar em que o elemento fronteira será a marca. O âmbito familiar e fronteiriço permitiu que ele construísse uma trajetória que o aproximou e o integrou ao centro do Império brasileiro.

---

<sup>21</sup> Inventário de Carlos Silveira e sua mulher Maria das Dores Martins, nº 200, maço 10, estante 28. 2º Cartório de Orphãos e Ausentes, Pelotas, ano 1890.

<sup>22</sup> URUGUAY. Constitución de la Republica Oriental del Uuguay.

<sup>23</sup> BRASIL. Constituição do Império de 1824, art. 6, parag. II. Constituição disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%20C3%A7ao24.htm)

Sendo assim, a fronteira também ofereceu oportunidade para seu pai Carlos Silveira, que por estar estabelecido e arraigado em território uruguaio, teve direito de participação política e inserção local.

A qualidade de “vecino” atribuída a Carlos Silveira e a outros membros da família Martins evidencia algumas condições que o mesmo reunia para receber essa designação. Nesse sentido, a qualidade de “vecino” na América espanhola tinha um significado político, de participação política, e se aplicava a indivíduo “casado, estabelecido e arraigado” segundo a tradição jurídica hispano-colonial. O termo “vecino” nesse contexto é carregado de dignidade que o “estado de cidade” lhe conferia (CHIARAMONTE, 2009, p. 82).

Inicialmente, o tempo em que Carlos Silveira residiu em território uruguaio atuando como estancieiro contribuiu para que ele fosse considerado um “vecino” do distrito. Ao mesmo tempo, ter propriedades nas cidades era algo relevante para ter participação política local. Não encontramos registros de bens urbanos do casal Carlos Silveira e D. Maria das Dores Martins no Uruguai, mas sim em Bagé, na Província do Rio Grande do Sul, onde o casal era dono de “onze prédios em terreno extenso”<sup>24</sup>. Além das estâncias e campos de criação de gado, investir em propriedades urbanas esteve presente na família Silveira e Martins, observado no patrimônio de João Antonio Martins, Jose Luis Martins e Carlos Silveira.

No caso dos irmãos de Gaspar Silveira Martins, algumas relações parentais apresentaram-se importantes na reprodução das relações de poder e da hierarquia social. Francisco Carlos Silveira, irmão de Silveira Martins foi casado com Florentina Antiqueira, natural de Pelotas e neta de Domingos de Castro Antiqueira, o Visconde de Jaguari, charqueador e negociante residente em Pelotas, sendo sua fortuna uma das maiores inventariadas no período de 1765 a 1810<sup>25</sup>. O casal morava em “Assegua”, Departamento de “Serro Largo”.

Balthazar da Silveira, outro filho de Carlos Silveira e de Dona Maria das Dores Martins, foi casado com sua prima Maria Martins, e residiam na fazenda Minuano, composta por campos localizados em “Serro Largo” e Tacuarembó. Os bens do casal compunham-se de uma casa de tijolos e uma chácara em Bagé, além de “treze quadras mais ou menos de légoa

---

<sup>24</sup> Inventário de Carlos Silveira e sua mulher Maria das Dores Martins, nº 200, maço 10, estante 28. 2º Cartório de Orfãos e Ausentes, Pelotas, ano 1890, APERS.

<sup>25</sup> Helen Osório (2007) trabalhou com inventários entre o período do 1765 a 1810, para identificar uma elite econômica e a faixa das fortunas. Informações retiradas do Quadro 27 (OSÓRIO, 2007, p. 274).

de sesmarias de campo, (...) na fazenda da Carpintaria que pertenceu a Carlos Silveira e sua mulher Dona Maria das Dores Martins”<sup>26</sup>.

Carolina Silveira Martins, irmã de Gaspar Silveira Martins foi casada com o comerciante português Antonio Ferreira Ramos. O casal residia em Pelotas, lugar onde sua mãe Maria das Dores Martins morou por alguns anos, após o falecimento de seu marido Carlos Silveira em 1876. Mais tarde, o filho do casal Carolina Ferreira Ramos e Antonio Ferreira Ramos, Eduardo Ferreira Ramos, trabalhou no comércio da cidade do Rio de Janeiro, onde casou com a filha de Gaspar Silveira Martins, Francisca Silveira Martins<sup>27</sup>.

Gaspar Silveira Martins, ao ascender o espaço fronteiriço em direção ao centro do Império brasileiro, construiu relações parentais com importantes famílias do centro do Império. Após se formar Bacharel em Direito em São Paulo e passar a trabalhar em escritório de advocacia no Rio de Janeiro, Silveira Martins casou-se em 1856 com Adelaide Coutinho, filha do Dr. José Julio de Freitas Coutinho. Desse casamento, uma de suas filhas casou-se com seu primo-irmão, residente no Rio de Janeiro. Sendo assim, as relações parentais, especialmente os matrimônios entre primos, na sua família Silveira e Martins demonstrou ser importante, especialmente para a manutenção dos bens familiares frente às frações provocadas pelas heranças.

Ao construir sua trajetória política no Império brasileiro Silveira Martins construiu importantes laços com famílias reconhecidas do centro do Império. Mesmo assim, Gaspar Silveira Martins continuou em contato com sua família e propriedades na região fronteiriça. Dos filhos do casal Gaspar Silveira Martins e D. Adelaide Coutinho, dois deles moravam no Departamento de Tacuarembó, no Uruguai. José Julio Silveira Martins e Álvaro Martins parecem no inventário de Gaspar Silveira Martins como residentes no Uruguai, herdeiros de campos que pertenceram aos pais de Gaspar Silveira Martins<sup>28</sup>.

### **Considerações finais**

Nesse sentido procuramos refletir sobre a trajetória familiar de Gaspar Silveira Martins em uma região de fronteira do sul do Brasil, no século XIX. Buscar a base familiar de

---

<sup>26</sup> Inventário Balthazar Silveira, nº 921, maço 46, estante 38. Juízo de Orphãos. Termo de Bagé, ano 1896, APERS.

<sup>27</sup> O jornal **A Federação** de Porto Alegre noticiou o casamento entre Eduardo Ramos com Francisca Silveira Martins. **A Federação**, Porto Alegre, 4 mar. 1892, p. 2.

<sup>28</sup> Inventário de Gaspar Silveira Martins, nº 289, maço 7, ano 1901, 1º Cartório Civil e Crime de Bagé. APERS.

Gaspar Silveira Martins possibilita compreender como sua trajetória política apresentou uma grande mobilidade no que se refere as diferentes relações sociais construídas e nos diferentes espaços sociais ocupados. Sendo assim, a região fronteira platina foi um espaço em que as famílias Silveira e Martins estabeleceram-se e construíram laços e vínculos de inserção local. Gaspar Silveira Martins apresentou-se como um homem típico de fronteira, ou seja, de um espaço caracterizado pela integração, circulação e conflito, em que as práticas individuais e coletivas deram base as relações de poder construídas e que muito bem caracterizaram o período e região.

Diante da complexidade e dinâmica social da região fronteira platina ao longo do século XIX, a utilização da perspectiva biográfica, através de um olhar micro centrado na trajetória política de Silveira Martins, potencializa as possibilidades de análise da sociedade fronteira ao longo do século XIX, onde as características de guerras, alianças, invasões, tratados de limites, eram mobilizados pelos diferentes indivíduos nas suas relações sociais. Sendo assim, a investigação da trajetória política de Gaspar Silveira Martins permite questionarmos o quanto sua família e a região fronteira platina contribuíram no processo de construção de uma carreira política e na sua ascensão a espaços sociais mais amplos, quando o mesmo ocupou altos cargos no Império Brasileiro entre 1862 a 1889.

Sendo assim, a partir do panorama de como os trabalhos elencaram a relação de Silveira Martins com a região fronteira platina acreditamos que a trajetória de Gaspar Silveira Martins apresenta-nos como um “exemplo” de um líder político típico de uma região fronteira platina, em que foi utilizado sua história pessoal como um instrumento de discurso para definir o que é ser nacional ou estrangeiro. Ou seja, uma historiografia construída a partir da história de Silveira Martins vem demonstrar o uso político dessa história enquanto instrumento de construção de uma história provincial/estadual rio-grandense com caráter nacional e não separatista.

## REFERÊNCIAS

ALVIN, Newton. **Silveira Martins**. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, províncias, estados:** origens da nação Argentina (1800-1846). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

COSTA, Milena Cardoso. **Idéias Constitucionais de Gaspar Silveira Martins.** Dissertação (Mestrado em Direito Público) – UFRGS, Porto Alegre, 2001.

DORATIORO, Francisco. **General Osório:** a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FELIX, Loiva Otelo. Monarquia e República. Gaspar e Julio. Os heróis na fala de chimangos e maragatos...ou...contrabando, corrupção, fraudes e beneplácitos na fala do historiador. FELIX, L. O. (org). In: **Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.** São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio.** Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

\_\_\_\_\_. **Júlio de Castilhos e sua época.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS; 1988.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVEA, M. F. S. (Org). **Culturas políticas:** ensaios de historia cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

JACQUES, Paulino. **Gaspar Silveira Martins:** o condestável da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, S/d.

LAFAYETE, Pedro. **Três perfis:** Saldanha da Gama, Barão de Penedo e Silveira Martins. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, S/d.

LOVE, Josep L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.

MARTINS, José Julio Silveira. **Silveira Martins**. Rio de Janeiro: Typ. São Benedicto, 1929.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATEO, José. **Población, parentesco y red social en la frontera**. Lobos (provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

MENDONÇA, Nadir. O pensamento político de Gaspar Silveira Martins". **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 2, n. 2, p. 77-90, jul./dez, 2006.

NEVES, João. **Dois perfis: Silveira Martins e Coelho Neto**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.

ORICO, Osvaldo. **Silveira Martins e sua época**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

OSORIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PADOIN, Maria Medianeira, ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Memorial, 2013. Série Parlamentares Gaúchos, volume 13.

PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PICCOLO, Helga Iracema. L. **Vida Política no século XIX: da descolonização ao movimento Republicano**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

RECKZIEGEL, Ana. Luisa Setti. A Revolução além da fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti; AXT Gunter (org). **Republica Velha (1889 – 1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

REMOND, René. **Por uma historia política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Contreira. **Esboço da Filosofia Política de Silveira Martins (Conferencia)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

ROSSATO, Monica. **Relações de poder na região fronteira platina**: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Suzana Bleil de. Fronteira, Poder Político e articulações comerciais no Brasil meridional do final do século XIX. **Anuário IEHS**, 2008, p. 305 – 333.

TRINDADE, Hégio.; NOLL, Maria. I. **Rio Grande da America do Sul**: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Sulina, 1991.

VARGAS, Jonas. Moreira. **Entre a paróquia e a corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2007